

## PODER

Diretor-geral muda chefe da área responsável por inquéritos contra o presidente e dois dos filhos dele. Luis Flávio Zampronha dá lugar a Caio Pellim na Dicor

Renan Olaz/CMRJ



Geraldo Magela/Agência Senado



Carlos e Flávio Bolsonaro são alvo, com o pai, de apurações da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado

# Troca no setor da PF que investiga os Bolsonaro

» VICTOR CORREIA

Novo diretor-geral da Polícia Federal, Márcio Nunes de Oliveira, trocou, ontem, o responsável pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor). O setor é considerado um dos mais importantes da corporação, pois investiga parlamentares e autoridades com foro privilegiado. **Luis Flávio Zampronha** no cargo desde abril do ano passado, dá lugar a Caio Rodrigo Pellim, conforme publicação no *Diário Oficial da União*.

A Dicor conduz investigações que envolvem o presidente Jair Bolsonaro (PL) e dois dos seus filhos, o vereador carioca Carlos Bolsonaro (Republicanos) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Entre os inquéritos estão o das fake news e o que apura suposta interferência do chefe do Executivo no comando da corporação para proteger familiares e aliados — conforme denúncia do ex-ministro da Justiça Sergio Moro. O último tinha encerramento marcado para 27 de janeiro, mas foi

### Mensalão e Spoofing

O delegado Luis Flávio Zampronha de Oliveira ficou conhecido por liderar as apurações do Mensalão do PT e voltou ao centro da cena política ao conduzir a Operação Spoofing, aberta em 2019 para investigar hackers que acessaram mensagens do ex-juiz Sergio Moro, procuradores da Operação Lava-Jato e outras autoridades.

prorrogado por 90 dias pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Antes de assumir a Dicor, Pellim atuava como superintendente da PF no Ceará e já exerceu a mesma função em Rondônia e no Rio Grande do Norte.

O anúncio ocorreu menos de um mês depois da nomeação de Márcio Nunes de Oliveira para comandar a instituição

### Saiba mais

#### Alertas contra interferências

As trocas na Polícia Federal após novos diretores-gerais assumirem são esperadas, uma vez que eles tendem a montar equipes próprias. Assim, as sucessivas mudanças de número “01” da corporação geram uma reação em cadeia, ampliando o desgaste interno e evidenciando instabilidade — além de serem acompanhadas de alertas sobre possíveis interferências.

Na esteira da troca envolvendo Paulo Maiurino e Márcio Nunes de Oliveira, o senador Raulo Rodrigues (Rede-AP) chegou a tentar blindar a Dicor pedindo ao Supremo Tribunal Federal que proibisse o novo chefe da PF de trocar delegados responsáveis por direções estratégicas até a conclusão dos inquéritos já iniciados contra autoridades com foro privilegiado.

— o quarto a assumir o cargo na gestão Bolsonaro, após Maurício Valeixo, Rolando de Souza e Paulo Maiurino. Nunes Oliveira é amigo do ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres.

Quando Nunes Oliveira foi nomeado, entidades representantes da corporação expressaram preocupação com as constantes mudanças na cúpula. Para elas,

as sucessivas trocas provocam “consequências administrativas e de gestão, que podem prejudicar a celeridade e a continuidade do trabalho de excelência apresentado pela PF”.

No DOU também foi publicada a mudança na Diretoria de Gestão de Pessoal da PF. O delegado Oswaldo Paiva da Costa Gomide foi trocado pela delegada Mariana Paranhos Calderon.

# Vitória e derrota para Alckmin

Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press



O ex-governador teve um processo arquivado e outro, mantido

A Justiça Eleitoral ratificou a denúncia contra o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (sem partido) de suposto recebimento de propina de R\$ 11,3 milhões, da Odebrecht, nas campanhas de 2010 e 2014. Assim, rejeitou o pedido da defesa do ex-tucano, que pretendia a absolvição sumária dele no caso.

Alckmin virou réu por falsidade ideológica eleitoral, corrupção passiva e lavagem de dinheiro em julho de 2020. A defesa, no entanto, apresentou argumentos preliminares para tentar desmontar as acusações do Ministério Público Eleitoral.

Os advogados sustentam que as acusações foram baseadas exclusivamente na palavra de delatores e sem descrição mínima dos crimes imputados. Outro ponto levantado é sobre uma alegada prescrição. A defesa também contesta o uso de provas do sistema Drousys, de propina da Odebrecht.

O juiz Emílio Migliano Neto concluiu, no entanto, que as declarações apresentadas em colaboração premiada foram respaldadas por um “contundente e robusto conjunto de elementos de convicção”. Na avaliação do magistrado, os demais questionamentos da defesa — sobre supostas irregularidades na reunião das provas e contradições nos depoimentos dos delatores — devem ser analisados no curso

do processo e não são suficientes para o arquivamento prévio da denúncia.

Em nota, os advogados de Alckmin afirmam que a decisão “permitirá que o procedimento prossiga e novamente fique evidenciada injustiça da acusação”. “Não há nenhum fato novo; a versão apresentada pelo MP é baseada exclusivamente em delação premiada, cujo teor é improcedente”, sustentam. “A própria Justiça Eleitoral já se pronunciou a respeito das eleições de 2010 e 2014. Não subsiste nenhum apontamento”, acrescentam.

Alckmin obteve, no entanto, uma vitória ontem. O Ministério Público Eleitoral considerou que houve “esgotamento das atividades investigativas” e solicitou à 1ª Zona Eleitoral de São Paulo o arquivamento do inquérito contra o ex-governador por suposto caixa dois delatado pelo ex-CEO do grupo Ecovias Marcelino Ruffart de Seras. A concessionária é responsável por administrar o sistema de rodovias Anchieta-Imigrantes, que liga a capital paulista ao litoral.

O ex-tucano se pronunciou sobre o arquivamento. “Essa decisão, justa e correta, baseou-se

nas conclusões da própria autoridade policial que presidiu a investigação e em parecer do Ministério Público Eleitoral proferido em 24 de fevereiro último”, escreveu nas redes sociais.

### Ano eleitoral

Alckmin é cotado pelo PT para ser vice na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Parlamentares do partido nas delações motivação eleitoral. “Houve uma banalização das delações. A legislação as previu como gesto espontâneo de alguém para colaborar com a Justiça”, disse ao *Correio* o deputado Paulo Pimenta (PT). “A Lava-Jato transformou a delação em uma ferramenta de vantagem, de negócio, de proteção. O Ministério Público desvirtuou completamente o sentido da lei”, criticou. Para o deputado, as delações têm fins políticos, mas não afetarão as chances do ex-governador nas eleições.

O presidente do PSB, Carlos Siqueira, também sustentou que não haverá impactos. O partido negocia a filiação do ex-governador. “Para mim, não altera absolutamente nada. Ele continua com nossa absoluta confiança”, ressaltou. “Acredito que ele é um homem íntegro. Se o processo foi arquivado ou não, não me interessa. Tenho confiança total nele.” (VC com Agência Estado)

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



# Mercado perde confiança na política monetária

Para o mercado financeiro, a principal âncora da economia, a política de juros, virou uma biruta de aeroporto na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), que aumentou a taxa básica de juros de 10,75% ao ano para 11,75% ao ano, mas sinalizou que a Selic vai a 12,75% em maio. A expectativa gerada é de que o arrocho monetário não vai parar por aí e a economia pode mergulhar numa nova “grande depressão”.

Essas preocupações decorrem do papel cada vez mais subalterno do ministro da Economia, Paulo Guedes, nas decisões econômicas do governo, o que se reflete, inclusive, na demora para aprovação de dois diretores do Banco Central (BC) pelo Senado. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, senador Otto Alencar (PSD-BA), engavetou as duas indicações para os cargos de diretor de política econômica e diretor do sistema financeiro, com o argumento de que o governo está sem líder no Senado, desde a saída do senador Fernando Bezerra (MDB-PE) do cargo.

Diogo Abry Guillen, indicado para a diretoria de política econômica, de 39 anos, é formado em economia pela PUC-RJ, onde concluiu mestrado. Tem doutorado pela Universidade de Princeton e atualmente é economista-chefe da Itaú Asset Management. Renato Dias de Brito Gomes, indicado para a diretoria de organização do sistema financeiro, de 41 anos, também é formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ), onde fez o mestrado. Concluiu o doutorado na Northwestern University, nos EUA.

Um trecho da ata da reunião do Copom de ontem acendeu a luz vermelha no mercado, quando afirma que “políticas fiscais que impliquem impulso adicional da demanda agregada ou piorarem a trajetória fiscal futura podem impactar negativamente preços de ativos importantes e elevar os prêmios de risco do país”. A adoção desse “cenário alternativo” para as projeções de inflação do Banco Central (BC) gerou inquietação entre os analistas.

O BC trabalha com a hipótese de o preço do barril do petróleo chegar a US\$ 100 ao final de 2022. Com base nessa avaliação, acredita que a inflação, neste ano, chegará a 6,3%. Entretanto, essa avaliação está em contradição com o boletim Focus do próprio BC, que estima a inflação em 7,1% em 2022, com uma desaceleração para 3,4% em 2022. Quando fala em “impulso de demanda agregada”, o BC está se referindo às medidas que estão sendo tomadas pelo presidente Jair Bolsonaro para estimular o consumo e reduzir o impacto da alta dos combustíveis no custo de vida.

### Petróleo e juros

Depois da pandemia, que jogou a economia no chão e provocou a desorganização dos pequenos negócios, além de desemprego em massa, o governo se depara com uma nova variável que foge ao seu controle: a guerra da Ucrânia. As expectativas de que seria um conflito que duraria, no máximo, 10 dias não se confirmaram; as duríssimas sanções contra a Rússia também surpreenderam. Além disso, os juros nos Estados Unidos estão subindo, o que amplia o peso do cenário externo na economia brasileira.

A ausência de um diretor de política econômica no Banco Central (BC) está sendo apontada como a principal causa da incoerência e da inconsistência das análises do Copom. A implicância maior é com o fato de as projeções estarem baseadas no preço dos combustíveis, que são muito voláteis, e não levarem em conta que Federal Reserve (Fed), pelo mesmo motivo, possa ter que alterar a projeção de seis reajustes mensais da ordem de 0,25% nas taxas de juros dos Estados Unidos.

Há uma diferença fundamental entre os dois países: o Brasil está estagnado, enquanto os Estados Unidos crescem. Um dos motivos alegados pelo próprio presidente do Fed, Jerome Powell, para elevar os juros, foi justamente o aquecimento da economia norte-americana. Nós, aqui, estamos elevando os juros numa situação de baixíssimo crescimento. Lá, a taxa estava próxima de zero, e aqui já subiu para 11,75%.

Essas pressões inflacionárias atrapalham os planos de reeleição do presidente Jair Bolsonaro, que imaginava entrar no processo eleitoral de vento em popa, com a economia em recuperação, gerando novos empregos e relativo aquecimento da economia, em decorrência da injeção de recursos federais no orçamento das famílias, como o Auxílio Brasil, no valor de R\$ 400. O impacto direto do programa nos bolsões de pobreza das grandes cidades e do interior totalizará R\$ 90 bilhões em transferência de renda.

Bolsonaro pretende gastar muito na eleição: R\$ 30 bilhões em saques antecipados do FGTS; R\$ 56 bilhões do décimo terceiro adiantado para pensionistas e aposentados do INSS; R\$ 120 bilhões de subsídios para os combustíveis; R\$ 230 bilhões de renúncias fiscais. Os cortes de impostos e subsídios fiscais poderão chegar a R\$ 230 bilhões. Essas medidas, porém, são consideradas inflacionárias pelos agentes econômicos.